

“A nossa cultura jurídica serve os interesses burocráticos da Justiça, não os dos cidadãos”

Público 19/04/14

Mariana Oliveira

● Boaventura de Sousa Santos, 70 anos, é sociólogo, doutorou-se em Yale e jubilou-se o ano passado como professor catedrático da Universidade de Coimbra, mas mantém actividade lectiva no país e no estrangeiro. É director do Centro de Estudos Sociais e coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça.

Que efeitos tem o estado actual da Justiça no país e nos cidadãos?

Os problemas da Justiça estão identificados, não são novos e têm vindo a agravar-se. A maneira como os cidadãos mais percebem as crises da Justiça é ao nível da morosidade e da ineficiência do sistema, e são esses os problemas que acabam por ser importantes para a economia e que inclusivamente levam o Fundo Monetário Internacional a incluir a reestruturação da Justiça nos páquetes que quer impor. Dificilmente o farão, mas de todo o modo chegou-lhes a ideia de que há um impacto na economia de uma justiça ineficiente. Por duas vias: pela corrupção, porque desequilibra a concorrência entre as empresas; e pelo impacto económico negativo no atraso das decisões que podem envolver quantidades de dinheiro muito significativas. Nas empresas o impacto é muito claro, mas nos cidadãos é bastante mais forte.

Qual é então a base do problema?

Está a dois níveis. Por um lado, uma cultura jurídica que não está orientada para a cidadania, para servir o cidadão. Por outro lado, há um problema gravíssimo de gestão. Temos muito desperdício de espaço, de tempo e sobretudo muito pouca racionalidade na forma como os meios são distribuídos. Temos tribunais absolutamente lotados e ao lado pode estar um tribunal com muito menos processos. A nossa cultura jurídica serve os interesses burocráticos da própria administração da Justiça, não os dos cidadãos. Todas as reformas e toda a construção judicial são feitas a partir de quem legisla sobre a justiça ou faz justiça e não de quem a pede.

Como é que se muda um comportamento tão enraizado?

Não é só a cultura jurídica dos portugueses. É a cultura continental muito formalista, tecnicista e burocrática. Normalmente isto é misturado com uma retórica muito grande sobre a garantia dos direitos dos cidadãos, que não estão a garantir coisa nenhuma. Porque obviamente uma justiça atrasada é uma justiça negada. Temos problemas semelhantes.



“As medidas desta legislatura são todas pontuais. Ficámos em detalhes técnicos, não se atacou nenhum problema de fundo”

jurídica, a anglo-saxónica, que tem outra concepção: o cidadão quando mete uma acção em tribunal sabe exactamente o seu início e também quando termina. Nos tribunais norte-americanos os prazos são cumpridos.

A má distribuição de meios leva-nos à questão do mapa judiciário...

A nossa geografia judiciária estava baseada na realidade do século XIX e não na realidade de hoje, com outro ordenamento territorial. Por outro lado, a justiça tornou-se mais complexa, com relações mais fortes com as ciências forenses e esses recursos não podem estar tão dispersos no país. Têm que estar mais concentrados. A ideia de criar grandes circunscrições foi planeada e trabalhada no nosso centro e temos vindo a acompanhá-la.

Qual é o balanço?

Fizemos uma análise nas três comarcas-piloto e notámos que a ideia era excelente, mas a sua aplicação foi deficiente. Há um potencial, porque o juiz presidente passa a ter muito mais autonomia e uma capacidade de gestão mais forte. Podemos ter muito mais racionalidade no sistema. O problema é que não foram alteradas leis como o Estatuto do Funcionário. O presidente pode ver uma secção cheia de gente desocupada, outra assoberbada de trabalho e não pode fazer nada. Na drática encontrámos

outras coisas apenas ao sistema. Normalmente o horizonte dos políticos é a sua legislatura, o seu governo. As transformações na Justiça obrigam a um entendimento entre Ministério da Justiça, poder judicial e associações sindicais. E, como se sabe, houve motivos de tensão nesta legislatura que não facilitaram o entendimento e os consensos. Estes focos até se repercutiram no próprio ministério, com a saída em Novembro do doutor João Correia, que nunca foi substituído. As medidas legislativas desta legislatura são todas pontuais. Ficámos em detalhes técnicos, não se atacou nenhum problema de fundo. Não houve condições para intervir nas duas áreas prioritárias: a da cidadania e das deficiências de gestão.

E na justiça penal?

Condução sem habilitação legal e em estado embriaguez e pequenos furtos encham os tribunais. As questões complexas acabam por se arrastar. Casa Pia, dez anos. Muitos casos acabam por prescrever, porque não temos uma verdadeira política criminal que defina as prioridades. Neste momento em Portugal torna-se claro que os crimes que têm mais impacto na qualidade da nossa democracia são a corrupção, o tráfico de influências e o abuso de poder. Então concentremos as nossas energias, os nossos melhores quadros nesta área. Todos os partidos políticos devem tomar a justiça como um dos grandes pilares da democracia. Não houve ainda oportunidade para um pacto político mais amplo. Mesmo entre PS e PSD não passou de um momento breve. Devia envolver todos os partidos com assento no Parlamento. Por outro lado, as reformas não se fazem contra os magistrados, mas com eles. Tem que haver um consenso. **Muitas vezes os cidadãos não conseguem perceber a Justiça.** Não há a mínima transparência no sistema. Temos vindo a propor uma solução que encontramos em Espanha e na Holanda: há um computador na sala do tribunal, a pessoa põe o seu código e sabe imediatamente onde está o seu processo. De que está à espera. **Esta semana foram publicadas alterações ao regulamento das custas?**

As alterações foram mínimas. Mas olho para o acesso ao direito com muita preocupação. Aqui fizemos um estudo mostrando que o aumento das custas, que não é de agora, ia causar uma restrição no acesso ao direito. Para ter dispensa das custas ou patrocínio judiciário, é preciso ser indigente. Hoje uma democratização